



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 9 DE NOVEMBRO DE 1995

Senhor Governador de São Paulo, meu companheiro e amigo Mário Covas; Senhor Ministro José Serra; Senhores Deputados aqui presentes; Senhores Prefeitos, Secretários; Representantes das diversas categorias que trabalham no açúcar, no álcool, na cana,

Em primeiro lugar, quero lhes dizer que nada disso é realmente novo para mim. Conheço a situação dos dois setores e já há algum tempo me preocupo com ela.

No caso específico da laranja, desde quando fui Chanceler, estava lutando para diminuir o imposto que se cobra lá fora. E os senhores sabem das dificuldades e sabem da insistência do Governo nessa matéria.

No caso do álcool, o Deputado Marquezelli sabe que eu repus o preço do álcool quando fui Ministro da Fazenda, porque havia uma defasagem imensa, e me comprometi a alinhar os preços, e assim fiz.

(Esqueci de me referir ao nosso Líder, que só vejo agora, José Aníbal, aqui presente.)

Isso não quer dizer que não haja o que fazer, nem quer dizer que os problemas estejam resolvidos, porque não estão. O Senador sabe disso

muito bem e tem me ajudado a resolver, noutras áreas, essas questões da agricultura.

O caso da laranja, em especial, não é só o problema externo, é o problema interno. É um problema sério, de conflitos entre os que plantam laranja e os que fazem o suco. É, basicamente, uma luta intersetores da produção. E quem paga, no momento, são os que produzem a laranja e os trabalhadores do setor de laranja. Mesmo quando o preço sobe lá fora, não há o repasse aos produtores.

Além do mais, por causa da estabilização da economia, alguns problemas vieram à tona, ficaram mais claros, a gente vê mais diretamente. O financiamento da produção ficou mais difícil, porque as empresas produtoras de indústria de suco têm restringido o financiamento à produção e não têm feito os contratos, que normalmente deviam ser no segundo semestre do ano, de forma adequada para garantir a possibilidade da continuidade do capital de giro. Não havendo isso, é preciso que algum outro setor socorra.

Daí a urgência do setor público, o Banco do Brasil, no caso. Eram setores não financiados pelo Governo – porque eram financiados pela própria produção – que, de repente, se viram sem esse financiamento do setor produtivo.

Quero só lhes dizer que alguns, aqui, participaram de longas negociações que tivemos com o setor agrícola brasileiro. Saibam do meu empenho em resolver as questões. Resolvemos o difícilíssimo financiamento. Eu disse, durante a campanha eleitoral, que iríamos acabar com a TR. Acabamos com a TR e resolvemos uma porção de questões muito complexas, tanto da taxa de juros para o plantio atual quanto da dívida antiga; e securitizamos a dívida, o que significou um esforço de 7 bilhões de reais do Tesouro da Nação. E isso foi feito. O Tesouro vai pagar uma equalização. Isso foi feito porque nós sabemos da importância do setor agrícola e da necessidade de se ampliar a produção.

Certamente, no caso da laranja, isso não estava, naquele momento, incluído nas negociações em que estávamos discutindo a soja, estávamos discutindo o arroz, estávamos discutindo o milho. Chegou a vez da laranja, e acredito que, efetivamente, aí, é preciso um fórum, uma câ-

mara que permita essa negociação, porque o pivô da discussão não é governo/produtor. É entre produtores. O Governo pode entrar como mediador nessa matéria e tentar ver o que é possível fazer para criar condições, para que não recaia tudo sobre o setor público depois.

Quer dizer, o setor produtivo que está capitalizado tem condições, também, de ajudar no financiamento. Não é justo que recaia tudo sobre o Banco do Brasil, porque, realmente, chega um momento em que o Tesouro não vai agüentar. Mas vamos encaminhar nessa direção.

Tenho conversado com o Deputado Marquezelli e com outros parlamentares sobre essa questão específica da laranja.

A questão do álcool é de maior transcendência ainda. E já foi dito, aqui, o essencial. O Governador Mário Covas, que é politécnico, sabe melhor do que eu das vantagens do álcool. Para começar, uma que não foi mencionada, mas que é fundamental, tem a ver com a questão da poluição. Acho que, hoje, nós ainda respiramos em São Paulo porque uma parte dos veículos é movida a álcool e, depois, se faz a mesclagem do álcool com a gasolina. Isso diminui o resíduo e a poluição diminui. Acho que é tecnologia nossa, não é isso?

Não adianta, neste momento, discutir se devia ter feito ou não. Fizemos. E temos uma alternativa. Este é o único país que dispõe de uma alternativa energética para o petróleo, em matéria de veículos a explosão, que até está se aperfeiçoando. Eu vi que, em São Carlos, estão fazendo, agora, um motor mais aperfeiçoado ainda, que tem uma explosão melhor.

Não creio que se deva abrir mão de um capital tecnológico de programa já feito no Brasil do porte desse do álcool. E acho que, embora tentativamente, começa a existir, fora do Brasil, um certo interesse na utilização do álcool, e, eventualmente, se pode até abrir, aí, uma exportação de álcool. Não é fácil. Os interesses são muito pesados nessa matéria. Mas é algo para que o Governo está olhando e se preparando.

Mas, por sorte, neste ano, o preço do açúcar melhorou, porque, senão, nós iríamos ter um problema gravíssimo no Nordeste também, não é? Por sorte, melhorou o preço do açúcar, e deu para compensar um pouco a questão do álcool.

Sem dúvida nenhuma, a demanda feita é correta. Nós temos que definir uma política para o Pró-Álcool. Não é possível continuar sem saber qual vai ser essa política, porque o Pró-Álcool nasceu de um programa governamental, não é isso? Aqui foi dita uma expressão pelo representante do setor que está correta. Ele disse: “Olha, nós somos concessionários do setor público.” Até certo ponto, foi isso mesmo. Eles foram comissionados pelo setor público para a produção do álcool, dentro daquela visão do Governo, naquele momento. Visão que eu não discuto. Até acho que estava certa. Naquele momento, tinha que fazer isso mesmo.

E o Governo não pode, de repente, se desinteressar e não dizer qual é o rumo. Tem que dizer qual é o rumo. Não posso assegurar qual é o rumo, porque não conheço a matéria. Mas nós já constituímos um grupo de trabalho para isso, especificamente. Aliás, é pedido também de alguns setores do Congresso: o Deputado Maurílio Ferreira Lima veio, aqui, uma vez, junto com o Deputado Marquezelli. Tenho certeza de que isso tem sido acompanhado pelo resto dos parlamentares que estão interessados na matéria.

Nós constituímos uma comissão no Ministério da Indústria e do Comércio. A Ministra não está aqui, hoje. Eu não sabia do setor alcooleiro. Eu sabia só do setor citricultor, e do citricultor eu podia falar mais ou menos sozinho. Sobre o álcool, é mais complicado. Não sei como responder, de forma mais objetiva, às questões, mas posso lhes dizer que nós já constituímos esse grupo de trabalho. E, com as palavras generosas que foram ditas a respeito de nossa vontade de enfrentar problemas, por mais espinhosos que eles sejam, devo dizer que me entusiasmo mais ainda para enfrentá-los.

Nós vamos definir um programa de álcool. Vamos definir em conjunto. Aqui, o nosso companheiro de tantas lutas, o Araújo, já explicou qual é a visão, porque ele sabe qual é a visão do Governo. Mas vamos definir alguma coisa em conjunto, também, com os trabalhadores, não com a preocupação só de dar emprego, mas de saber qual é a remuneração, como é o bem-estar, essa coisa toda. Com esse espírito, nós vamos equacionar a questão do álcool.

Eu sei que há problemas, problema da estocagem, problema de warrantagem. Há muitos problemas aí, delicados. Há problema de preço. Há problema de verificar qual vai ser, realmente, a produção de carros a álcool, porque, se não houver produção, não haverá como dar seqüência ao programa. Tem que haver o entendimento, que vai ser mais amplo até do que o entendimento dos citricultores, porque se limita, de alguma maneira, a uma câmara entre dois ou três segmentos. Aqui, não. É complicado.

E mais ainda. Isso tem a ver com um problema mais geral, que é o da matriz energética brasileira. Nós estamos mudando essa matriz energética. Está entrando o gás nessa matriz energética. Temos que examinar como isso vai ser feito. Não posso falar muito, porque tem o Secretário de Energia, que depois me puxa a orelha em casa. Mas há uma mudança. Não posso nem fingir que não sei da matéria. Mas a verdade é que vamos ter que mexer nessa matriz energética não só na questão do gás; temos de saber também o que fazer com o álcool, o que fazer com o petróleo. E são problemas complicados.

Nós vamos fazer, posso lhes assegurar. Não sei qual é o grau de representatividade. Não sei, realmente. Sei que o grupo de trabalho está formado, porque já recebi uns papéis. Mas eu não sei qual é o grau de representatividade, com relação aos que aqui estão presentes. Isso é questão simples. Havendo necessidade de uma participação maior... Aqui, eu acho que o espírito é esse mesmo. Não se podem fazer grupos muito grandes para não ter o risco da perda de eficácia. Mas não pode deixar de haver, também, uma presença que seja confortável, do ponto de vista dos interesses públicos, dos governos, e dos interesses privados, empresariais e de trabalhadores.

Tem uma comissão interministerial, da qual participam o Ministério da Indústria e do Comércio, de Minas e Energia, da Fazenda, da Agricultura, da Ciência e Tecnologia, do Meio Ambiente e do Orçamento. Bom, mas isso é interno, *interna corporis*. Naturalmente, essa comissão tem que se abrir para ouvir as opiniões dos interessados nos setores.

Não tenho dúvida nenhuma – sem que eu possa prometer nada, e nem gosto – de que nós vamos caminhar nessa direção. Tenho certeza

de que o Governador Mário Covas, que está aí atento a essa problemática, e mais de perto até do que eu, porque está lá em São Paulo – vai o tempo todo também estar aqui para me auxiliar, me cobrar e me incentivar nessa matéria. O Ministro do Planejamento está aqui presente. Ele está ouvindo o que estou fazendo. Poderá transmitir aos demais membros dessa comissão qual é a nossa decisão, que é a de ouvi-los, que é de ampliar. Nós tanto vamos encaminhar a criação dessa câmara na questão da citricultura quanto vamos definir uma política para o setor do álcool, porque é necessário.

Nós estamos terminando, como os senhores sabem, um ano que não foi fácil, mas que foi um ano que valeu, porque estamos mudando coisas essenciais no Brasil. Vamos continuar dando um empenho grande a essas mudanças no Congresso. Mas isso não será empecilho para que nós comecemos, também, a delinear um horizonte de mais prosperidade.

Espero que, terminada esta fase de tanta negociação política, possamos entrar numa fase de “fazeção” e possamos, realmente, estar mais juntos no impulsionamento de questões concretas da sociedade brasileira. As previsões do ano que vem são todas positivas, tanto com relação ao problema da inflação quanto com relação à taxa de crescimento. A taxa de juros, tanto se falou que está baixando, vai baixar. Sabem que não é fácil, porque teria que dizer coisas desagradáveis. Eu já ouvi coisas muito mais difíceis, desagradáveis, no começo do Governo, que nós fomos, pouco a pouco, equacionando.

Então, nós temos confiança de que essas questões, com a ajuda de vocês, vão ser não só equacionadas, mas, posteriormente, resolvidas.

Muito obrigado pela presença, pela visita. E contem comigo!